



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

023722/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 0cc9e715-9a92-4ea8-b8fd-8c75c369f9cc

AUTUADO EM	Terça-feira, 1 de Julho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA	

RESUMO

Recurso PE nº 90.004/2025 - PA nº 23.401/2024 - WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA - CNPJ nº 05.421.585/0001-37

DATA:01/07/2025

SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP N.º 90004/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.401/2024**

WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 05.421.585/0001-37, com sede à Rua Macaúba s/nº Lote 01, CEP: 71.928-180, Águas Claras, Brasília/DF, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO.

Em face da habilitação da empresa **MEDICAL & SAUDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ: **43.504.849/0001-05**, relativamente ao **Item 21** do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.004/2025**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DOS FATOS

1. A empresa **MEDICAL & SAUDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** foi **indevidamente habilitada** para o fornecimento do **Item 21** do certame, referente à aquisição de **Avental cirúrgico descartável, estéril**, cujas **especificações técnicas** exigem:

Item 21 – Avental Cirúrgico Estéril, Descartável, com Reforço

Avental cirúrgico descartável, estéril, confeccionado em não tecido tipo SMS, com gramatura mínima de 50 g/m², hidrorrepelente. Modelo com mangas longas, punhos em malha ou elástico, tiras para amarração na cintura e fechamento na região da gola. Deve possuir reforço impermeável nas regiões do tórax, abdômen e mangas, garantindo maior proteção contra fluidos. Tamanho: GG. Embalado individualmente em sistema de dupla embalagem, com dobra asséptica. Obrigatória a apresentação de Certificado de Eficiência de Filtração Bacteriológica (BFE) mínima de 99%.

II - ANÁLISE TÉCNICA – ITEM 21 – EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR NORMAS TÉCNICAS

Item 21 – Avental Cirúrgico Estéril, Descartável, com Reforço

"Avental cirúrgico descartável, estéril, confeccionado em não tecido tipo SMS, com gramatura mínima de 50 g/m², hidrorrepelente. Modelo com mangas longas, punhos em malha ou elástico, tiras para amarração na cintura e fechamento na região da gola. Deve possuir reforço impermeável nas regiões do tórax, abdômen e mangas, garantindo maior proteção contra fluidos. Tamanho: GG. Embalado individualmente em sistema de dupla

embalagem, com dobra asséptica. Obrigatória a apresentação de Certificado de Eficiência de Filtração Bacteriológica (BFE) mínima de 99%."

1. ABNT NBR 16064:2022 – Produtos Têxteis para Saúde (Aventais e Campos Cirúrgicos)

O próprio item exige que o produto seja "descartável", "estéril", "com reforço impermeável", e que proporcione "proteção contra fluidos", o que corresponde diretamente às exigências da **ABNT NBR 16064:2022**, norma que regulamenta os requisitos e métodos de ensaio para aventais e campos cirúrgicos, incluindo:

- Penetração microbiana em estado seco e úmido
- Penetração de líquidos
- Liberação de partículas
- Resistência ao estouro (seco e úmido)
- Resistência à tração (seco e úmido)
- Limpeza microbiana / carga biológica

Esses testes são fundamentais para comprovar que o material do avental (não tecido tipo SMS, conforme exigido) oferece barreira protetora eficiente, especialmente quando reforçado nas áreas críticas como tórax, abdômen e mangas.

2. Avaliação Biológica – ISO 10993 / ABNT NBR ISO 10993-1 e 10993-3

O uso do produto sobre a pele por tempo prolongado exige **avaliação da biocompatibilidade** do material. A ISO 10993-1 (Avaliação Biológica de Produtos para Saúde) determina a realização obrigatória de:

- Citotoxicidade
- Irritação cutânea
- Sensibilização cutânea

Além disso, a ISO 10993-3 exige testes de **efeito citopático**, para avaliar riscos biológicos relacionados à matéria-prima utilizada.

A ausência desses laudos impossibilita verificar se o material é seguro ao contato com a pele, principalmente nos punhos, pescoço e tórax — áreas de contato direto e contínuo com o usuário.

3. ABNT NBR 12984 – Determinação da Gramatura

O item 21 estabelece claramente:

"...com gramatura mínima de 50 g/m²..."

Logo, é indispensável a apresentação de laudo conforme a ABNT NBR 12984, que regulamenta o método de ensaio para determinação da gramatura de materiais não tecidos, como o SMS.

A falta desse laudo impede a comprovação objetiva da conformidade com o critério mínimo definido no edital.

4. Laudo de Isenção de Látex – Exigência Legal e Sanitária

Embora o item 21 não mencione expressamente o látex, a exigência está **implícita pela natureza do produto (produto para saúde)**. A legislação sanitária e as normas da ANVISA, respaldadas pela **ISO 10993-1**, determinam a obrigatoriedade de informar e testar a **presença ou ausência de látex natural**, por ser um componente que pode causar **reações alérgicas graves**.

A ausência do laudo de isenção de látex compromete a segurança do usuário e fere a legislação vigente quanto à rotulagem e informação ao consumidor.

5. ABNT NBR 14873:2022 – Eficiência de Filtragem Bacteriana (BFE)

O próprio item 21 determina:

"Obrigatória a apresentação de Certificado de Eficiência de Filtração Bacteriológica (BFE) mínima de 99%."

Assim, é obrigatório apresentar laudo técnico emitido conforme a norma ABNT NBR 14873:2022, que regulamenta os ensaios laboratoriais para avaliação da eficiência de filtragem bacteriana de materiais têxteis utilizados em produtos hospitalares, incluindo aventais cirúrgicos.

Diante do exposto, observa-se que a descrição técnica do **Item 21 exige, ainda que de forma implícita ou contextual**, a apresentação de laudos baseados nas seguintes normas:

- **ABNT NBR 16064:2022** – Requisitos e ensaios para aventais cirúrgicos
- **ISO 10993-1 e 10993-3** – Avaliação biológica de produtos para saúde
- **ABNT NBR 12984** – Determinação da gramatura
- **ABNT NBR 14873:2022** – Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE)
- **Isenção de látex** – Obrigatória conforme legislação sanitária e normas da ANVISA

A ausência desses documentos compromete a **verificação da conformidade técnica, da qualidade e da segurança sanitária do produto ofertado**, razão pela qual sua exigência é imprescindível para o julgamento correto das propostas no certame.

III – DAS IRREGULARIDADES APONTADAS.

Análise dos Laudos Apresentados pela Empresa MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ITEM 21

Ao analisar os laudos apresentados pela **empresa MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, relativos ao item 21 do referido pregão eletrônico, verificou-

se que não foram apresentados todos os laudos exigidos pelas normas **ABNT NBR 16064:2022 e ISO 10993**. Diante disso, foram constatadas as seguintes irregularidades:

1. **Ausência de laudos conforme a ABNT NBR 16064:2022:** A empresa não apresentou os laudos exigidos pela norma ABNT NBR 16064:2022 — Produtos têxteis para saúde — Aventais e campos cirúrgicos — Requisitos e métodos de ensaio. Essa norma estabelece a obrigatoriedade dos seguintes testes:

- Penetração microbiana – estado seco
- Penetração microbiana – estado úmido
- Limpeza microbiana/carga biológica
- Liberação de partículas
- Penetração de líquido
- Resistência ao estouro – estado seco
- Resistência ao estouro – estado úmido
- Resistência à tração – seco e úmido

Tais ensaios são essenciais para a comprovação da qualidade do produto ofertado e para o atendimento à legislação vigente.

2. **Ausência do laudo de Efeito Citopático (ISO 10993-3):** Não foi apresentado o laudo referente ao **efeito citopático**, conforme previsto na norma ISO 10993-3, referente à matéria-prima utilizada. A ausência deste documento compromete a avaliação da segurança dos produtos destinados aos usuários.
3. **Ausência de laudos conforme a ISO 10993-1:** A empresa não apresentou os laudos exigidos pela norma ISO 10993-1 — Avaliação biológica de produtos para saúde – Parte 1: Avaliação e ensaio dentro de um processo de gerenciamento de risco. A norma requer os seguintes testes:

- Citotoxicidade
- Irritação cutânea
- Sensibilização cutânea

Esses testes são obrigatórios conforme o item 4 da norma:

“A biocompatibilidade dos insumos utilizados ou do produto acabado deve ser avaliada e aprovada para risco aceitável (ver A.2.8).”

E também segundo o anexo A.2.8:

“O fabricante deve completar a avaliação do avental cirúrgico e/ou do campo cirúrgico, de acordo com a ISO 10993–1, e relatar os resultados da avaliação.”

Esses laudos são essenciais para comprovar a qualidade e a segurança do produto ofertado.

4. **Ausência de laudo de gramatura (ABNT NBR 12984):** Não foi apresentado o laudo de conformidade com a **ABNT NBR 12984**, necessário para comprovação da gramatura do produto ofertado, descumprindo a exigência técnica prevista.
5. **Ausência de laudo de isenção de látex:** A empresa não apresentou laudo de **isenção de látex**, exigido no item 8 do edital:

“8.2 Conforme especificado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os aventais de procedimentos não cirúrgicos são produtos para saúde, ou produtos correlatos, e, portanto, devem atender à legislação vigente. Nota: A legislação vigente, entre outros requisitos, determina critérios para a biocompatibilidade (ABNT NBR 10993-1), informação sobre presença de látex de borracha natural, rotulagem e embalagem.”

Tal laudo é indispensável para a adequada comprovação da qualidade e da segurança do produto ofertado.

6. **Ausência do laudo de Eficiência de Filtragem Bacteriana (ABNT NBR 14873:2022):** A empresa não apresentou o laudo conforme a **ABNT NBR 14873:2022**, referente à Eficiência de Filtragem Bacteriana (BFE), exigido expressamente pelo edital. A ausência deste laudo compromete a comprovação da eficiência e da segurança do produto ofertado.

IV – DO DIREITO

1. A **Lei nº 14.133/2021**, que regula as licitações e contratações públicas, estabelece de forma clara e inequívoca que a exigência de comprovação de habilitação técnica no processo licitatório deve ser cumprida com rigor, como condição essencial para a garantia da legalidade, da segurança jurídica e da isonomia entre os licitantes. O **art. 48, inciso IV**, da referida Lei impõe a obrigatoriedade de comprovação de que os produtos ofertados atendem às normas técnicas pertinentes, o que não ocorreu no caso da empresa **MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**.
2. Além disso, o **art. 5º, § 2º**, da Lei nº 14.133/2021 prevê que o instrumento convocatório (no caso, o edital) deve ser rigorosamente observado, e qualquer desvio ou falha no cumprimento das suas exigências pode comprometer a validade do certame. A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** também reforça que a não apresentação dos documentos exigidos no edital, especialmente os laudos técnicos e certificações, implica na inadmissibilidade da habilitação do licitante.
3. **Princípio da Isonomia e da Competitividade.**

- a. A isenção de tratamento entre os licitantes é um princípio essencial das licitações, conforme preceitua o **art. 3º** da Lei nº 14.133/2021. Permitir a habilitação de uma empresa sem a devida comprovação técnica estabelecida no edital gera uma distorção na competição, favorecendo um licitante que não se adequou às exigências legais e prejudicando aqueles que cumpriram todos os requisitos, causando desequilíbrio e comprometendo a legitimidade do processo licitatório.
4. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) também reforça a obrigatoriedade de cumprimento das condições estabelecidas no edital para a habilitação. O TCU tem reiteradamente declarado que a ausência de laudos técnicos, como é o caso da empresa **MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, configura vício que compromete a regularidade do processo e exige a inabilitação do licitante.

5. Proteção à Saúde e Segurança dos Usuários

- a. Os produtos licitados, especialmente o **Avental cirúrgico descartável, estéril** é Equipamentos de Proteção Individual, de uso imprescindível para a proteção de profissionais da saúde e pacientes. A não apresentação dos laudos técnicos, como exigido pelas normas da ABNT e ISO, coloca em risco a eficácia de proteção dos produtos e, consequentemente, a segurança dos usuários.
6. O **art. 42** da **Lei nº 14.133/2021** estabelece que a exigência de documentos técnicos no edital visa garantir a adequação dos produtos às necessidades da Administração. No caso em questão, a falta de comprovação técnica da conformidade com as normas de biosegurança e de resistência ao rasgo, penetração de patógenos, e biocompatibilidade, entre outras, representa um risco à segurança sanitária dos usuários, o que justifica a necessidade urgente de inabilitação da empresa **MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**.

7. A Jurisprudência do TCU e a Necessidade de Rigor na Análise dos Laudos

- a. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem se posicionado de maneira consistente em relação à importância da conformidade técnica dos produtos licitados, especialmente quando se tratam de itens de segurança como os EPIs. O TCU tem reiterado que a falta de apresentação de laudos técnicos indispensáveis, como os exigidos pela **ABNT NBR 16064:2022** **ABNT NBR 12984**, e **ISO 10993**, configura irregularidade grave e justifica a inabilitação da empresa. Em diversas decisões, o TCU tem considerado que a inobservância das exigências de segurança do edital compromete a efetividade da contratação pública e prejudica a credibilidade do processo licitatório.

8. DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA EMPRESA MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Diante do exposto, requer-se a **inabilitação da empresa MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, por descumprimento de exigências **claras e obrigatórias** constantes no **descritivo/edital** e nas normas técnicas aplicáveis, com fundamento no **art. 5º**, da **Lei nº 14.133/2021**, e no próprio **Tribunal de Contas da União** já firmou entendimento de que é **obrigação do gestor exigir comprovação de conformidade com normas técnicas**, sob pena de responsabilização — (Acórdãos TCU nº 325/2020 e nº 1439/2016 – Plenário). **Norma técnica não é opcional. É requisito mínimo.**

V – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer:

1. O recebimento e o conhecimento do presente recurso administrativo, por ser tempestivo e preencher todos os requisitos legais;
2. A suspensão do procedimento quanto ao **Item 21** até a análise definitiva deste recurso;
3. A **inabilitação da empresa MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** relativamente ao **Item 21**, em razão da **não apresentação dos laudos técnicos completos exigidos** e do **descumprimento das normas regulamentares aplicáveis**;
4. Caso a decisão seja mantida, que o recurso seja encaminhado à **autoridade superior competente**, com fundamento no art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021, para reexame da decisão.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília/DF, 18 de junho de 2025

ANDREA BARRA
CID:318882401
72

Assinado de forma digital
por ANDREA BARRA
CID:31888240172
Dados: 2025.06.18
15:56:37 -03'00'

WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA

SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP N.º 90004/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.401/2024**

WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 05.421.585/0001-37, com sede à Rua Macaúba s/nº Lote 01, CEP: 71.928-180, Águas Claras, Brasília/DF, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO.

Em face da habilitação da empresa **TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA**, CNPJ: 40.064.261/0001-90, relativamente ao **Item 33** do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.004/2025**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DOS FATOS

1. A empresa **TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA** foi **indevidamente habilitada** para o fornecimento do **Item 33** do certame, referente à aquisição de **Máscara Descartável com Clip**, cujas **especificações técnicas** exigem:

Item 33 – Máscara Descartável com Clip

Máscara descartável com clip, eficiência de filtragem bacteriana (EFB) maior que 95%, conforme norma da AORN. Tripla camada com filtro, clip nasal de alumínio com aproximadamente 14 cm de comprimento, solda eletrônica. Fixadores elásticos laterais. Pacote com 50 unidades.

II - ANÁLISE TÉCNICA – ITEM 33 – EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO POR NORMAS TÉCNICAS

Descrição do item 33:

Máscara descartável com clip, eficiência de filtragem bacteriana (EFB) maior que 95%, conforme norma da AORN. Tripla camada com filtro, clip nasal de alumínio com aproximadamente 14 cm de comprimento, solda eletrônica. Fixadores elásticos laterais. Pacote com 50 unidades.

NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS

1. **ABNT NBR 15052:2021** – Máscaras cirúrgicas – Requisitos e métodos de ensaio: Essa norma é fundamental para garantir a qualidade do produto, estabelecendo parâmetros como eficiência de filtração bacteriana (BFE), pressão diferencial, eficiência de filtração de partículas submicrônicas e resistência à propagação de chama.

Relevância para o item:

- O item cita eficiência de filtração bacteriana (EFB) > 95%, o que está alinhado à exigência da ABNT NBR 15052:2021 para máscaras cirúrgicas.
- A ausência da apresentação dos laudos conforme esta norma impede a comprovação formal de que a máscara atende a esses requisitos essenciais.

2. **ISO 10993** – Avaliação biológica de dispositivos médicos: Esta série de normas exige testes de biocompatibilidade, como citotoxicidade, irritação cutânea, sensibilização e, especialmente, a **isenção de látex**, importante para garantir segurança aos usuários com alergia ao látex.

Relevância para o item:

- Embora o item não mencione explicitamente a necessidade de laudos de biocompatibilidade, a legislação vigente e a norma ABNT NBR 15052:2021 (item 6) estabelecem essa obrigatoriedade para produtos em contato com a pele.
- A ausência desses laudos compromete a avaliação da segurança do produto quanto a possíveis riscos biológicos e alergênicos.

3. **ABNT NBR 14873:2022** – Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE): Esta norma especifica os métodos para medir a eficiência da filtração bacteriana, parâmetro crucial para máscaras descartáveis que visam proteção contra agentes biológicos.

Relevância para o item:

- O item 33 exige eficiência de filtração bacteriana superior a 95%, o que requer a apresentação de laudos segundo ABNT NBR 14873:2022 para comprovação técnica.
- A falta de laudo conforme essa norma impede atestar a conformidade do produto.

TRECHOS DO ITEM 33 EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS

- **"Máscara descartável com clip, eficiência de filtração bacteriana (EFB) maior que 95%, conforme norma da AORN."**

Indica preocupação com a filtração bacteriana, porém o referencial AORN (Association of periOperative Registered Nurses) deve ser complementado com

laudos que comprovem a eficiência segundo as normas brasileiras, especialmente ABNT NBR 15052:2021 e ABNT NBR 14873:2022.

- **"Tripla camada com filtro"**
Conforma o padrão mínimo para máscaras cirúrgicas conforme as normas técnicas, garantindo a eficácia da barreira física.
- **"Clip nasal de alumínio com aproximadamente 14 cm de comprimento, solda eletrônica"**
Demonstra atenção a detalhes construtivos que contribuem para o ajuste facial adequado, um ponto que impacta diretamente a eficiência do produto.
- **"Fixadores elásticos laterais. Pacote com 50 unidades."**
Padronização e embalagem condizentes com normas técnicas e regulamentações sanitárias.

Embora o Item 33 descreva características essenciais para o produto, para atendimento pleno das normas técnicas e comprovação da qualidade e segurança, é imprescindível a apresentação dos seguintes documentos:

- Laudos conforme **ABNT NBR 15052:2021**, comprovando eficiência da máscara em testes de filtragem, pressão diferencial, resistência e outros requisitos técnicos;
- Laudos de **biocompatibilidade e isenção de látex**, conforme **ISO 10993**, assegurando que o produto é seguro para contato com a pele e livre de riscos alérgicos;
- Laudos de eficiência de filtragem bacteriana conforme **ABNT NBR 14873:2022**.

Sem esses documentos, não é possível garantir que o produto ofertado atende plenamente às exigências técnicas e sanitárias previstas no edital.

III – DAS IRREGULARIDADES APONTADAS.

Análise dos Laudos Apresentados pela Empresa TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA – ITEM 33

Ao analisar os laudos apresentados pela empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**, para o referido pregão eletrônico (**Item 33**), constatou-se que os documentos técnicos são **inválidos**, pois **não atendem aos níveis exigidos pela ABNT NBR 15052:2021** e não contemplam laudos complementares obrigatórios, como os de **biocompatibilidade** e de **isenção de látex**. As principais **irregularidades** observadas foram:

1. Ausência de laudos de biocompatibilidade – ISO 10993-1

A empresa **não apresentou os ensaios exigidos pela ISO 10993-1**, referentes à **citotoxicidade, irritação cutânea e sensibilização cutânea**, os quais são **obrigatórios** para comprovar a segurança do produto em contato com a pele humana.

Conforme a **ABNT NBR 15052:2021**, item 6:

"NOTA: A legislação vigente, entre outros requisitos, determina critérios para a biocompatibilidade (ver ABNT NBR ISO 10993-1), informação sobre presença de látex de borracha natural, rotulagem e embalagem."

A ausência desses testes compromete a avaliação da **qualidade e segurança** do produto, descumprindo tanto a **norma técnica** quanto as **exigências do edital**.

2. Ausência de laudo de isenção de látex – ISO 10993-1

Não foi apresentado o **laudo de isenção de látex**, documento essencial para assegurar que o produto não contenha **borracha natural**, substância alergênica cuja declaração é **obrigatória**.

Também previsto no item 6 da **ABNT NBR 15052:2021**:
"informação sobre presença de látex de borracha natural (...)"

A omissão desse laudo impede a verificação de conformidade com a **legislação sanitária vigente** e representa risco aos usuários alérgicos.

3. Não conformidade nos testes de desempenho da ABNT NBR 15052:2021

A empresa **não apresentou laudos** referentes aos seguintes testes obrigatórios previstos na **ABNT NBR 15052:2021**, necessários para classificação e aprovação da máscara:

- Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE)
- Pressão Diferencial
- Eficiência de Filtração de Partículas Submicrônicas (0,1 µm)
- Propagação de Chama

Além disso, o **laudo apresentado** não atingiu o desempenho mínimo exigido para os níveis de classificação definidos na norma.

A própria norma, em seu item **5.3.7**, determina:

"NOTA: A classificação é determinada pelo requisito de menor nível alcançado em qualquer um dos ensaios."

Sendo assim, o produto apresentado **se enquadra como Nível 0**, ou seja, **não atende a nenhum dos critérios mínimos de proteção exigidos**, sendo tecnicamente **inadequado** para uso nos ambientes a que se destina.

A empresa **TOPDESC** não atendeu aos requisitos fundamentais previstos no edital e nas normas técnicas **ABNT NBR 15052:2021** e **ISO 10993-1**, deixando de apresentar laudos obrigatórios de desempenho e segurança. Dessa forma, o produto ofertado **não possui comprovação técnica suficiente e não deve ser aceito no certame**.

IV – DO DIREITO

1. A **Lei nº 14.133/2021**, que regula as licitações e contratações públicas, estabelece de forma clara e inequívoca que a exigência de comprovação de habilitação técnica no processo licitatório deve ser cumprida com rigor, como condição essencial para a garantia da legalidade, da segurança jurídica e da isonomia entre os licitantes. O **art. 48, inciso IV**, da referida Lei impõe a obrigatoriedade de comprovação de que os produtos ofertados atendem às normas técnicas pertinentes, o que não ocorreu no caso da empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**.
2. Além disso, o **art. 5º, § 2º**, da Lei nº 14.133/2021 prevê que o instrumento convocatório (no caso, o edital) deve ser rigorosamente observado, e qualquer desvio ou falha no cumprimento das suas exigências pode comprometer a validade do certame. A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** também reforça que a não apresentação dos documentos exigidos no edital, especialmente os laudos técnicos e certificações, implica na inadmissibilidade da habilitação do licitante.
3. **Princípio da Isonomia e da Competitividade.**
 - a. A isenção de tratamento entre os licitantes é um princípio essencial das licitações, conforme preceitua o **art. 3º** da Lei nº 14.133/2021. Permitir a habilitação de uma empresa sem a devida comprovação técnica estabelecida no edital gera uma distorção na competição, favorecendo um licitante que não se adequou às exigências legais e prejudicando aqueles que cumpriram todos os requisitos, causando desequilíbrio e comprometendo a legitimidade do processo licitatório.
4. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) também reforça a obrigatoriedade de cumprimento das condições estabelecidas no edital para a habilitação. O TCU tem reiteradamente declarado que a ausência de laudos técnicos, como é o caso da empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**, configura vício que compromete a regularidade do processo e exige a inabilitação do licitante.
5. **Proteção à Saúde e Segurança dos Usuários**
 - a. Os produtos licitados, especialmente o **Máscara Descartável com Clip** é Equipamentos de Proteção Individual, de uso imprescindível para a proteção de profissionais da saúde e pacientes. A não apresentação dos laudos técnicos, como exigido pelas normas da ABNT e ISO, coloca em risco a eficácia de proteção dos produtos e, conseqüentemente, a segurança dos usuários.
6. O **art. 42** da **Lei nº 14.133/2021** estabelece que a exigência de documentos técnicos no edital visa garantir a adequação dos produtos às necessidades da Administração. No caso em questão, a falta de comprovação técnica da

conformidade com as normas de biosegurança e de resistência ao rasgo, penetração de patógenos, e biocompatibilidade, entre outras, representa um risco à segurança sanitária dos usuários, o que justifica a necessidade urgente de inabilitação da empresa **TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA.**

7. A Jurisprudência do TCU e a Necessidade de Rigor na Análise dos Laudos

- a. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem se posicionado de maneira consistente em relação à importância da conformidade técnica dos produtos licitados, especialmente quando se tratam de itens de segurança como os EPIs. O TCU tem reiterado que a falta de apresentação de laudos técnicos indispensáveis, como os exigidos pela **15052:2021** e **ISO 10993**, configura irregularidade grave e justifica a inabilitação da empresa. Em diversas decisões, o TCU tem considerado que a inobservância das exigências de segurança do edital compromete a efetividade da contratação pública e prejudica a credibilidade do processo licitatório.

8. DA NECESSÁRIA INABILITAÇÃO DA EMPRESA TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA.

Diante do exposto, requer-se a **inabilitação da empresa TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA**, por descumprimento de exigências **claras e obrigatórias** constantes no **descritivo/edital** e nas normas técnicas aplicáveis, com fundamento no **art. 5º**, da **Lei nº 14.133/2021**, e no próprio **Tribunal de Contas da União** já firmou entendimento de que é **obrigação do gestor exigir comprovação de conformidade com normas técnicas**, sob pena de responsabilização — (Acórdãos TCU nº **325/2020** e nº **1439/2016 – Plenário**). **Norma técnica não é opcional. É requisito mínimo.**

V – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer:

1. O recebimento e o conhecimento do presente recurso administrativo, por ser tempestivo e preencher todos os requisitos legais;
2. A suspensão do procedimento quanto ao **Item 33** até a análise definitiva deste recurso;

3. A **inabilitação da empresa TOPDESC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA SEGURANÇA LTDA** relativamente ao **Item 33**, em razão da **não apresentação dos laudos técnicos completos exigidos** e do **descumprimento das normas regulamentares** aplicáveis;
4. Caso a decisão seja mantida, que o recurso seja encaminhado à **autoridade superior competente**, com fundamento no art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021, para reexame da decisão.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília/DF, 18 de junho de 2025

ANDREA BARRA
CID:318882401
72

Assinado de forma digital
por ANDREA BARRA
CID:31888240172
Dados: 2025.06.18
16:14:35 -03'00'

WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA



Importar-se com você, é o que importa!

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ

Ref : Pregão Eletrônico N° 90004/2025 (SRP) (Lei 14.133/2021)

AOS CUIDADOS DO SENHOR ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO

A empresa **MEDICAL SAUDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com sede na **RUA 6 CHACARA 264 LOTE 6 VICENTE PIRES DF, cidade de BRASILIA DF**, inscrita no **CNPJ nº43504.849-0001-05**, vem por meio deste, apresentar as contra razões para o item 21, contra o recurso apresentado pela empresa empresa WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA CNPJ: 05.421.585/0001-03

Abaixo as contra razões :

A empresa mencionada acima alega que :

O produto ofertado deverá atender às normas brasileiras vigentes pela sua fabricação e comercialização. Onde está escrito a PALAVRA LAUDO NO EDITAL, NÃO EXISTE TAL EXIGENCIA. A empresa agé de tamanha má fé, e pela tamanha má fé, tem que ser no minimo suspensa de licitar por no minimo 02 (DOIS) ANOS, pois avental é um produto de emergencia nos Hospitais, E ESSA EMPRESA SE QUER ESTÁ PENSANDO NA POPULAÇÃO QUE PRECISA DO PRONTO ATENDIMENTO. Agé de má fé da essa empresa WINNER, TENTANDO OBRIGAR ADMINISTRAÇÃO A COMPRAR SEU PRODUTO SUPER FATURADO, NO VALOR DE R\$ 10,50 PARA O ITEM 21. **LEMBRANDO QUE A MEDICAL FOI UNICA EMPRESA QUE CHEGOU NO VALOR ESTIMADO DE R\$ 5,60 PARA.** QUE TAL PROPOSTA DA EMPRESA WINNER JÁ DEVERIA TER SIDO DESCLASSIFICADA ANTES MESMO DA FASE DOS LANCES, POIS NAO ESTÁ DENTRO DO ESTIMADO, MUITO ACIMA DO ESTIMADO PARA TODOS OS ITENS. MESMO ASSIM INSISTE EM **ATRAPALHAR** O BOM ANDAMENTO DO CERTAME.

VALOR DA PROPOSTA DA WINNER PARA OS ITENS 3 E 4

05.421.585/0001-37

WINNER INDUSTRIA DE DESCARTAVEIS LTDA

05.421.585/0001-37

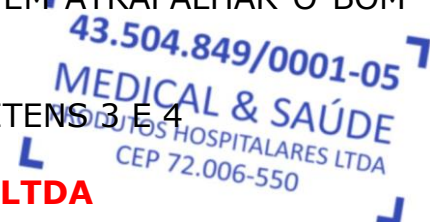
Programa de integridade

WINNER INDUSTRIA DE DESCARTAVEIS LTDA

DF

Valor ofertado (unitário)

Valor negociado (unitário)





R\$ 10,50

Importar-se com você, é o que importa!

Vejamos acima o tamanho da má fé desta empresa WINNER , em nenhum momento do edital está sendo exigido tais laudos , que apenas DIRECIONA A LICITAÇÃO PARA O UNICO VENDEDOR A PROPRIA EMPRESA WINNER .

Diante das alegações temos as seguintes contra razões :

Devido a forma ameaçadora do RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA WINNER , o minimo que administração da Prefeitura , tem que fazer é suspender tal empresa de licitar por no minimo 02 anos .

Se existir em algum edital tais laudos mencionados em recurso pela empresa WINNER , o mesmo tem que ser IMPUGNADO E DENUNCIADO AO TCU , pois não irá comprar um avental descartavel , mas sim LAUDOS , QUE FAZEM SIM COM QUE A EMPRESA SUPER FATURE SEU PRODUTO ,SE ACHANDO A DONA DO MERCADO , PORÉM O PRINCIPAL QUE É PREÇO A MESMA EMPRESA SE QUER TEM PREÇO DENTRO DO ESTIMADO .

Quem compra um avental 2 vezes mais caro que o preço normal ,OU SEJA , NAO SE COMPRA AVENTAL MAS SIM LAUDOS QUE NADA GARANTEM QUALIDADE NENHUMA AO AVENTAL , pois o avental é descartavel . O que nos olhamos é a material prima , pois somente trabalhamos com a material prima FITESA , pois seu tecido possui camada anti bacterias , já esse tanto de laudos não garantem nada , sou especialista tecnica, nenhum laudo garante que o avental que sera entregue ao cliente final , atenda a todos os padroes dos laudos , pois nao tem como garantir que a empresa irá cumprir todas as normas em todos os aventais que serão entregues .

43.504.849/0001-05
MEDICAL & SAÚDE
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CEP 72.006-550

Além da má fé desta empresa WINNER DE QUERER OBRIGAR A EXISTENCIA DE PALAVRAS QUE SE QUER ESTÃO PREVISTA EM EDITAL, ainda o tom ameaçador é muita má fé com a população que precisa do pronto atendimento .



Importar-se com você, é o que importa!

A empresa **WINNER**, com seu **UNICO OBJETIVO** de atrapalhar o bom andamento do certame , e de **OBRIGAR ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PAGAR O DOBRO POR UM AVENTAL SUPER FATURADO , MERECE SIM** além da suspensão tem que ser desclassificada do certame por ofertar um produto muito acima do estimado .

Tal conduta por si , já merece a penalização de uma suspensão de no minimo por 2 anos , mas a mesma empresa foi além entrou com um **RECURSO** no presente pregão **TOTALMENTE inverídico , com a unica finalidade comprovada de atrapalhar o bom andamento do certame .**

DECISÕES DOS TRIBUNAIS SOBRE TAL COMPORTAMENTO

- a) Lembrando que empresas que atrapalham o bom andamento do certame, conforme decisões de todos os Tribunais cabe sim a suspensão da empresa por até 02 (dois) anos de suspensão , conforme previsto na lei 10.520.
- b) O fornecedor de acordo com a lei 10.520 não pode atrapalhar o bom andamento do certame, podendo ser aplicado multa e a penalização de suspensão , desta forma entendo de forma bem clara , **que o recurso somente foi apresentado para atrapalhar o bom andamento do certame,** podendo administração publica aplicar multa e suspensão no fornecedor que está atrapalhando o bom andamento do certame .

O objeto do certame, são produtos para area da saude, com entrega urgente devido a necessidade ser urgente , o recurso só prova a falta de compreensão do fornecedor WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA CNPJ: 05.421.585/0001-03, para com os pacientes que precisam do pronto atendimento e do objeto deste certame ,provando a sua falta de empatia para com a população que precisa do pronto atendimento .

43.504.840/0001-05
MEDICAL & SAÚDE
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CEP 72.006-550



**Medical
& Saúde**

Produtos Hospitalares

Importar-se com você, é o que importa!

Desta forma, conforme as decisões dos Magistrados esse tipo de comportamento não só cabe a suspensão por até 02 anos , SENDO AGRAVADO COM A MULTA ao fornecedor que atrapalhou o bom andamento do certame de má fé , comprovadamente como é o caso da empresa WINNER , que se quer tem preço para ofertar ao pregao dentro do estimado , e ainda teve a falta de etica de entrar com recurso somente para atrapalhar o bom andamento do certame .

AO PEDIDO

Desta forma Ilustrissimo Senhor Pregoeiro , não existem motivos para não continuar o bom andamento do certame , pedimos a conclusão da licitação , e a recusa do recurso que foi apresentado pela WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA, sendo tal recurso apresentado com a unica finalidade de atrapalhar o bom andamento do certame, e tal atitude apenas prejudica à população que mais precisa do pronto atendimento.

Devido a má fé da empresa de criar "PALAVRAS" que se quer existem no edital , o minimo que a mesma tem que ter é uma suspensão + multa , para que este tipo de comportamento seja eliminado dos pregões , pois objeto do edital são aventais que a população precisa que tenha nos Hospitais para que exista o pronto atendimento , e no entanto mesmo com essa falta de etica a empresa WINNER , ainda foi além criou PALAVRAS em seu recurso , E para agravar ainda veio com o tom ameaçador se a Prefeitura não aceitar o meu recurso , iremos remeter as autoridades , no entanto caso a Prefeitura compre o seu avental SUPER FATURADO , acima do estimado alias , sendo que é proibido por lei , ai sim é que temos que acionar até o TCU , para que seja tomados todas as providencias cabiveis , pois quem compra um avental descartavel por este preço , estará agindo totalmente fora da legalidade , e das boas praticas de administrar o dinheiro publico , tal conduta teria que ser penalizada , pois se quer respeitou a população que precisa do avental para ter o pronto atendimento .

Desta forma , pedimos a recusa do RECURSO ABUSIVO apresentado pela empresa WINNER .

43.504.849/0001-05
MEDICAL & SAÚDE
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CEP 72.006-550



Importar-se com você, é o que importa!

Brasilia DF , 23 DE JUNHO DE 2025



ANA PAULA RODRIGUES FERREIRA
Administradora – juridica há 28 anos
CPF 986810791-15 RG 2.237.417 DF





Comissão Permanente de Pregão II

**DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.004/2025**

Processo Licitatório nº: 23.401/2024

Processo Recurso nº: 23.722/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.004/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.421.585/0001-37, com sede à Rua Macaúba, s/nº, Lote 01, CEP 71.928-180, Águas Claras, Brasília/DF, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.004/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos com a data limite de 18/06/2025, tendo a empresa **WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA** manifestado a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 08 e fls. 09 a 15.

Por uma simples análise do referido recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

II.I. Item 21



Comissão Permanente de Pregão II

Em síntese, a recorrente alega em seu recurso contra o resultado do item 21 que a empresa vencedora, **MEDICAL & SAUDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.504.849/0001-05, fora indevidamente habilitada no certame, uma vez que deixou de apresentar laudos cuja ausência compromete a avaliação da conformidade técnica, segurança e qualidade do produto ofertado. São eles:

- a) Laudo conforme ABNT NBR 16064:2022, que comprove que o produto é descartável, estéril, impermeável e oferece proteção contra fluidos.
- b) Laudos de biocompatibilidade (ISO 10993-1 e 10993-3), para avaliar riscos como citotoxicidade, irritação e sensibilização cutânea, diante do contato direto com a pele.
- c) Laudo conforme ABNT NBR 12984, necessário para comprovar a gramatura mínima de 50 g/m² exigida pelo edital.
- d) Laudo conforme ABNT NBR 14873:2022, que ateste a eficiência de filtração bacteriana (BFE) mínima de 99%.
- e) Laudo de isenção de látex, obrigatório segundo normas da ANVISA, devido ao risco de reações alérgicas, cuja exigência está implícita pela natureza do produto.

II.II. Item 33

Já em seu recurso contra o resultado do certame referente ao item 33, alega que a empresa vencedora, **TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.064.261/0001-90, também fora habilitada indevidamente em virtude da ausência de laudos, impedindo comprovar o atendimento às exigências técnicas e sanitárias do edital. São eles:

- a) Laudo conforme ABNT NBR 15052:2021, que comprove a eficiência da máscara em testes de filtragem, pressão diferencial, resistência à propagação de chama e demais requisitos técnicos.
- b) Laudos de biocompatibilidade e isenção de látex, conforme ISO 10993, garantindo que o produto é seguro para contato com a pele e isento de riscos alérgicos, cuja exigência está implícita pela natureza do produto.
- c) Laudos de eficiência de filtragem bacteriana conforme ABNT NBR 14873:2022, para comprovar a eficácia na filtragem bacteriana.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a recorrente:

- a) O recebimento e conhecimento do recurso administrativo, por ser tempestivo e cumprir os requisitos legais;
- b) A suspensão do procedimento referente aos itens 21 e 33 até a decisão final sobre o recurso;



Comissão Permanente de Pregão II

- c) A inabilitação das empresas MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA para o fornecimento do item 21 e TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA para o fornecimento do item 33, devido à ausência dos laudos técnicos completos e descumprimento das normas aplicáveis;
- d) O encaminhamento do recurso à autoridade superior para reexame da decisão, caso o indeferimento seja mantido, conforme art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

IV.I. Item 21

A empresa MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, vencedora do item 21, apresentou contrarrazões recursais na data de 23/06/2025, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de divulgação do recurso, sendo tais contrarrazões, portanto, tempestivas, conforme o disposto no art. 164, §4º da Lei 14.133/21.

Em síntese, a recorrida alega em suas contrarrazões de fls. 16 a 20:

- a) Que o edital não exige a apresentação de laudos técnicos, sendo infundada a cobrança feita pela empresa recorrente;
- b) Que a recorrente estaria criando exigências inexistentes para direcionar a licitação em benefício próprio;
- c) Que a recorrente age com má-fé ao tentar impor a contratação de seu produto com valor acima do estimado;
- d) Que utiliza em seus produtos matéria-prima de alta qualidade, com propriedades antimicrobianas, o que dispensaria laudos adicionais que não garantiriam, por si só, a qualidade do produto entregue;
- e) Que a recorrente estaria prejudicando o andamento do certame, o que configuraria conduta sancionável nos termos da Lei nº 10.520/2002, cabendo aplicação de multa e suspensão por até 2 (dois) anos.

IV.II Item 33

A empresa TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA, vencedora do item 33, não apresentou contrarrazões.

V. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA



Comissão Permanente de Pregão II

Diante do exposto, considerando se tratar de questões técnicas, encaminho o presente processo, nos termos do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.004/2025, à Secretaria Municipal de Saúde, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira.

Nova Friburgo, 1º de julho de 2025.

Karla Braga Machado

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matricula: 990.996



Resposta Técnica do Setor Requisitante ao Recurso Administrativo do pregão eletrônico nº 90.004/2025

Processo Licitatório nº 23.401/2024, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 90.004/2025, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de EPI – Equipamento de Proteção Individual, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação do item 21 da empresa **MEDICAL & SAUDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.** e item 33 da empresa **TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA**, no Pregão Eletrônico n.º 90.004/2025.

Após o recebimento das razões recursais pela Comissão de Pregão da Secretaria de Licitações e Planejamento, o presente recurso foi encaminhado a esta Secretaria, na qualidade de setor requisitante, para subsidiar tecnicamente a decisão do pregoeiro quanto ao recurso interposto.

I – DA ANÁLISE DO SETOR REQUISITANTE

1. Item 21 e item 33 "**habilitação indevida no certame, uma vez que deixou de apresentar laudos cuja ausência compromete a avaliação da conformidade técnica, segurança e qualidade do produto ofertado**".





Secretaria de Saúde

A empresa recorrida enviou sua proposta formal em conformidade com o **Solicitado no Edital**, indicando o descritivo, marca do produto ofertado, ficha técnica e catálogo. A qual foi analisada pelo corpo técnico e declarado sua conformidade, sendo desnecessária a exigência de informações adicionais não previstas no instrumento convocatório. Recusar a proposta com base em laudos técnicos e normas não solicitadas configuraria **excesso de formalismo**, em desacordo com o princípio da razoabilidade e com a jurisprudência consolidada.

Sendo importante destacar que a marca ofertada para o item 21 já fora utilizada anteriormente por esta municipalidade, o que contribui para reforçar e validar a integridade qualitativa do produto ofertado.

Em caso de documentação detalhada **não previstas no edital**. Não podem ser exigidas nem utilizadas como fundamento para a desclassificação da empresa recorrida, em respeito ao **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, conforme disposto no artigo 18 da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, exigir documentos ou requisitos além dos previstos no edital violaria o **princípio da legalidade** (art. 37 da Constituição Federal) e prejudicaria a competitividade do certame.

As empresas recorridas também enviaram **toda a documentação de habilitação exigida no edital**.

Conforme verificado no sistema Compras.gov.br (item 21 e 33). A comissão de pregão analisou os documentos e concluiu que a licitante cumpriu os requisitos, resultando em sua habilitação regular. Dessa forma, as alegações da recorrente sobre este ponto **não prosperam**, uma vez que carecem de fundamento técnico e documental.

II – CONCLUSÃO

Com base nos esclarecimentos apresentados, o setor requisitante entende que:





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Secretaria de Saúde

1. A proposta da empresa recorrida atende aos requisitos do edital.
2. As alegações da recorrente não possuem respaldo técnico ou legal suficiente para justificar a desclassificação da empresa recorrida.

Recomenda-se o **indeferimento do recurso**, mantendo-se a regularidade do julgamento realizado pela comissão de pregão.

Atenciosamente,

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 063.344

Leslie da Conceição Moura
Secretário de Saúde em exercício
Matrícula 207.520





Comissão Permanente de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2025

Processo Licitatório nº: 23.401/2024

Processo Recurso nº: 23.722/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.004/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.421.585/0001-37, com sede à Rua Macaúba, s/nº, Lote 01, CEP 71.928-180, Águas Claras, Brasília/DF, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.004/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. RESUMO DO RECURSO

I.1 Item 21

Em síntese, a recorrente alega em seu recurso de fls. 02 a 08 contra o resultado do item 21 que a empresa vencedora, MEDICAL & SAUDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 43.504.849/0001-05, fora indevidamente habilitada no certame, uma vez que deixou de apresentar laudos cuja ausência compromete a avaliação da conformidade técnica, segurança e qualidade do produto ofertado. São eles:

- i) Laudo conforme ABNT NBR 16064:2022, que comprove que o produto é descartável, estéril, impermeável e oferece proteção contra fluidos.



Comissão Permanente de Pregão II

- ii) Laudos de biocompatibilidade (ISO 10993-1 e 10993-3), para avaliar riscos como citotoxicidade, irritação e sensibilização cutânea, diante do contato direto com a pele.
- iii) Laudo conforme ABNT NBR 12984, necessário para comprovar a gramatura mínima de 50 g/m² exigida pelo edital.
- iv) Laudo conforme ABNT NBR 14873:2022, que ateste a eficiência de filtração bacteriana (BFE) mínima de 99%.
- v) Laudo de isenção de látex, obrigatório segundo normas da ANVISA, devido ao risco de reações alérgicas, cuja exigência está implícita pela natureza do produto.

A empresa MEDICAL & SAÚDE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, vencedora do item 21, apresentou contrarrazões recursais na data de 23/06/2025, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de divulgação do recurso, sendo tais contrarrazões, portanto, tempestivas, conforme o disposto no art. 164, §4º da Lei 14.133/21.

Em síntese, a recorrida alegou em suas contrarrazões de fls. 16 a 20:

- i) Que o edital não exige a apresentação de laudos técnicos, sendo infundada a cobrança feita pela empresa recorrente;
- ii) Que a recorrente estaria criando exigências inexistentes para direcionar a licitação em benefício próprio;
- iii) Que a recorrente age com má-fé ao tentar impor a contratação de seu produto com valor acima do estimado;
- iv) Que utiliza em seus produtos matéria-prima de alta qualidade, com propriedades antimicrobianas, o que dispensaria laudos adicionais que não garantiriam, por si só, a qualidade do produto entregue;
- v) Que a recorrente estaria prejudicando o andamento do certame, o que configuraria conduta sancionável nos termos da Lei nº 10.520/2002, cabendo aplicação de multa e suspensão por até 2 (dois) anos.

I.II. Item 33

Já em seu recurso de fls. 09 a 15 contra o resultado do certame referente ao item 33, a recorrente alega que a empresa vencedora, TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.064.261/0001-



Comissão Permanente de Pregão II

90, também fora habilitada indevidamente em virtude da ausência de laudos, impedindo comprovar o atendimento às exigências técnicas e sanitárias do edital. São eles:

- i) Laudo conforme ABNT NBR 15052:2021, que comprove a eficiência da máscara em testes de filtração, pressão diferencial, resistência à propagação de chama e demais requisitos técnicos.
- ii) Laudos de biocompatibilidade e isenção de látex, conforme ISO 10993, garantindo que o produto é seguro para contato com a pele e isento de riscos alérgicos, cuja exigência está implícita pela natureza do produto.
- iii) Laudos de eficiência de filtração bacteriana conforme ABNT NBR 14873:2022, para comprovar a eficácia na filtração bacteriana.

A empresa TOPDESC INDUSTRIA E COMERCIO DE ACESSORIOS PARA SEGURANCA LTDA, vencedora do item 33, não apresentou contrarrazões.

O processo fora submetido, na sequência, à análise da Secretaria requisitante.

II. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE

Após análise dos presentes autos, a Secretaria de Saúde recomenda o indeferimento do recurso, exarando seu parecer de fls. 25 a 27 no qual destaca que:

- i) As propostas das empresas recorridas estão em conformidade com o exigido no edital, contendo descritivo, marca, ficha técnica e catálogo;
- ii) A exigência de documentos não previstos no edital configura excesso de formalismo, violando os princípios da razoabilidade, legalidade e vinculação ao edital, além de prejudicar a competitividade do certame;
- iii) A marca ofertada para o item 21 já foi utilizada por esta municipalidade, o que comprova a qualidade do produto;
- iv) As empresas recorridas enviaram toda a documentação de habilitação exigida no edital;
- v) A comissão de pregão concluiu pela habilitação regular da licitante, sendo as alegações da recorrente improcedentes por carecerem de fundamento técnico e documental.



Comissão Permanente de Pregão II

III. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante às fls. 25 a 27, sem nada mais a evocar, CONHEÇO do recurso interposto por WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.004/2025, e, no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 11 de julho de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matrícula 990.996



SECRETARIA
DE SAÚDE

Secretaria Municipal de Saúde

Proc. 23722/2025

DESPACHO

Em atenção aos termos exarados pela Ilma. Comissão de Pregão às fls. 28/31 no processo administrativo nº23722/2025, pugno pelo Indeferimento do Recurso, ora interposto pela empresa WINNER INDUSTRIA DE DESCARTAVEIS LTDA, acompanhando na íntegra as razões esposadas pelo Ilmo. Pregoeiro, nos termos indicados a Manifestação supramencionada.

Nova Friburgo/RJ, 11 de julho de 2025.

Leslie da Conceição Moura
Secretário de Saúde em exercício
Matrícula 207.520

